

ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO HOSPITAL ADELAIDO RIBEIRO-RIACHÃO DO JACUÍPE: UMA DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE.

Marina Rios da Cunha Santa Rosa¹

Resumo: A pesquisa aqui apresentada dá ênfase à fundação e atuação do Hospital referido Adelaido Ribeiro de Riachão do Jacuípe, mais precisamente às pessoas que compunham a Liga Jacuipense de Proteção à Maternidade e à Infância (LJPMI), e aos atendimentos realizados, tecendo uma análise do perfil das pessoas que se beneficiaram no processo. O intuito é problematizar a ausência das mulheres negras nos espaços de poder, e mais precisamente verificar o lugar social que as mesmas ocupavam. Porém, elucidando a diferenciação e privilégios entre gênero e raça. Para tal, dialogo com feministas negras e elucidado em linhas gerais os limites das discussões e produções feministas que ignoram a opressão e silenciamento das questões que tangem aspectos das mulheres negras em esferas políticas, econômicas e sociais, trazendo a discussão para um campo micro, de exclusão de mulheres no hospital em questão.

Palavras- chaves: Assistência a saúde; Espaços de poder; Mulheres.

O Hospital Adelaido Ribeiro e as esferas de poder

O Hospital Adelaido Ribeiro foi construído no ano de 1955, sendo mantido pela Liga Jacuipense de Proteção à Maternidade e à Infância (LJPMI), em Riachão do Jacuípe, cidade localizada na bacia do Jacuípe do interior baiano, que fica a 197 km da Capital. Tendo em vista que o hospital iniciou

¹Mestranda em História pela Universidade Federal da Bahia- UFBA.

suas atividades, através de uma instituição filantrópica em 1º de janeiro de 1955, com o propósito de ser uma entidade que:

A) possa zelar pela saúde e bem estar e as necessidades da infância; B) difundir o estudo da higiene, da puericultura e dos serviços sociais, sob os auspícios do corpo médico; c) colaborar com os poderes públicos e particularmente com a prefeitura Municipal, no sentido de promover um meio suficientemente possível em todo o município, os amparos à maternidade e à infância como preceituam a constituição Federal e leis posteriores; d) organizar e instalar centros de puericultura e outros estabelecimentos.²

Além de ser gerido pela LJPMI ainda na fundação o hospital Adelaido Ribeiro estabeleceu relações com outras esferas de poder, como o “Departamento Estadual da Criança” do Ministério da Educação, que tinha como objetivo desenvolver atividades voltadas em favor da maternidade, da criança e da adolescência no Estado da Bahia. Segundo Marinho, desde o governo varguista é nítido a preocupação com as mulheres e o ofício da maternidade, o que parte do projeto de desenvolvimento do Brasil, que tem como pauta a infância como importante para a nação.

Para tornar a maternidade uma função científica foi preciso que os poderes públicos estabelecessem uma parceria com os médicos para proporcionar às mulheres os conhecimentos científicos baseados na Puericultura. Assim, elas estariam preparadas para assumir com competência as novas responsabilidades com relação aos filhos. (MARINHO, 2011, p, 10)

Bairros (1995) traça ideologicamente diferenças cruciais entre as desigualdades sociais no que tange raça e gênero e aborda o conceito de maternidade como fundamental para o feminismo, isso porque, é uma experiência dita universal da mulher. Entretanto, se faz necessário pontuar que a experiência da maternidade pode ser vivenciada de maneira diferente entre mulheres negras e mulheres brancas.

O hospital visando ampliar seus atendimentos, que antes era só maternidade, aderiu um convênio com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL que tinha como objetivo subsidiar o pagamento dos

² HOSPITAL ADELAIDO RIBEIRO. *Estatuto da Liga Jacuipense de Proteção à Maternidade e à Infância*. Cap.1º, art. 1º, 1955.

benefícios assistenciais aos trabalhadores rurais.³ Essa atuação são relações de poder que operam vinculadas umas às outras e delimitam politicamente e socialmente a administração do referido hospital. Ao discutir as relações intrínsecas do biopoder. Foucault (1979) afirma que a sociedade se movimenta, o que resulta na atuação de sujeitos sobre outros para reafirmar e sustentar a ideia de comando, sendo elas realizadas via instituições, que está a frente das mesmas ou Estado.

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...) Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício.(FOUCAULT, 1979. p. 182)

Uma das ferramentas de análise de poder é a política, que tem efeitos que quase sempre visam a normatização social, a individualização e a vigilância. Ferrante (1976) analisa a implantação da política pública FUNRURAL no contexto a qual foi inserida, ou seja, da ditadura militar. A autora chega a conclusão que foi parte de uma ação governamental de reconciliação com as camadas subalternas e a massa populacional, na tentativa de frear ações que iam de encontro ao governo ditatorial, o FUNRURAL foi um mecanismo de silenciamento, que funcionou, já que o trabalhador muitas vezes deixou de dialogar com os sindicatos para depositar confiança nos agentes do FUNRURAL.

A distribuição dos benefícios do Funrural, assim como de outras formas de assistência, foi entregue aos sindicatos rurais. Em muitas localidades do interior, o único médico disponível, inclusive para os proprietários, passava a ser o médico do sindicato. A repressão inicial exercida contra esses sindicatos, aliada as tarefas de assistência agora a eles atribuída, contribuiu muito para reduzir sua combatividade política e gerou dividendos políticos para os governos militares. (CARVALHO, 2002, p. 171)

³Agente encarregado de administrar o Pro-Rural- procura afastar da consciência social dos agentes vivenciadores desse processo o não cumprimento das obrigações trabalhistas- que na maioria das vezes, permanecem como promessas a serem cumpridas, como é o caso, por exemplo, do projeto de extensão do FGTS ao trabalhador- e mostrar serviços demonstradores da eficácia de sua política. Existem, portanto, articulações entre a proposição do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural e a orientação ideológica e político-econômica assumida pelo Estado Brasileiro a partir de 1964. Trata-se de um programa dirigido à assistência social ao trabalhador rural e não cobre nenhum dos direitos trabalhistas, embora seja visto como tal. Para ampliar a discussão: FERRANTE, 1976.

O que acabou ocasionando em uma diminuição de contestações e até mesmo de organizações mais efetivas e acabou, também, por fortalecer o governo autoritário vigente no período. Nesse mesmo cenário, esta política pública que chegou em Riachão do Jacuípe através do hospital Adelaido Ribeiro foi responsável por uma “democratização” do acesso à assistência à saúde. Essa afirmação se sustenta a partir de uma análise minuciosa do livro de entrada e saída de pacientes do Hospital no primeiro ano após a implementação da mesma, o que será discutida nas páginas seguintes.

Essas relações institucionais e governamentais foram de extrema importância para identificação dos beneficiários dos atendimentos realizados pelo hospital e pelo lugar social dessas pessoas. Ações assistencialistas e filantrópicas mantiveram o auxílio aos doentes e contribuíram para a assistência à saúde dos jacuipenses e de moradores das cidades circunvizinhas, através do Hospital. Entretanto, é importante salientar as distinções raciais, sociais e de gênero presentes nesses atendimentos provenientes do hospital.

Se faz necessário refletir com mais precisão sobre essas relações de dominações que demarcam a fundação e atuação pela própria estrutura organizacional. Essa afirmação é cabível pela análise da Ata de eleição da diretoria do ano de 1968⁴, na qual consta 41 participações e 08 assinaturas para legitimar a ata, na qual, todas são de homens. Os cargos que estavam postos em eleição, como presidente, vice- presidente, secretário geral e tesoureiro, também foram ocupados todos por homens. Na documentação não aparece os vestígios raciais, mas, se tratando da pequena parte que se intitulava ou era vista como elite jacuipense, eram cidadãos brancos. Para Kerner (2012) ao discutir a relação entre racismo e sexismo afirma que as atribuições das diferenças geralmente são naturalizadas e andam juntas. Para a autora:

ainda falta muito para obtermos um quadro completo das relações de ambos os fenômenos [...]. Isso significa partir do pressuposto de que racismo e sexismo se cruzam de formas diferentes dependendo do contexto e, assim, também podem se manifestar dessas formas

⁴HOSPITAL ADELAIDO RIBEIRO. *Ata de Eleição da Liga Jacuipense de Proteção à Maternidade e à Infância*. 1968.

correspondentes. Partindo da observação de que as figuras de referência implícitas ao contexto de tematização do racismo eram quase sempre homens e que as figuras de referência implícitas ao contexto da tematização do sexismo eram quase sempre mulheres brancas, nacionais ou que de alguma forma fizessem parte da "cultura dominante", foram convincentes ao mostrar que a força explicativa da criação de analogias é especialmente fraca justamente em relação àquelas pessoas que sofrem com formas de racismo e sexismo *ao mesmo tempo*. Disso decorreu a seguinte recomendação para a análise política e científica: racismo e sexismo não deveriam ser tratados como problemas análogos - o foco da relação deveria estar antes em seus múltiplos entrelaçamentos e combinações. (KERNER, 2012. p. 03)

Comungo da ideia de Kerner em detrimento da ausência das pessoas negras, mais precisamente de mulheres e mulheres negras na administração da LJPMI e do Hospital Adelaido Ribeiro. O que abrange a discussão em respeito aos privilégios e privilegiados do funcionamento do hospital. Azerêdo (1994) compara as teorias feministas nos Estados Unidos e no Brasil, demarcando a presença marcante do processo da escravidão e conseqüentemente do silenciamento da questão racial em grande parte da produção teórica e prática no Brasil. Apresento a discussão dessa autora pelo diálogo que a mesma trava a respeito das relações imbricadas entre raça e gênero, que se constituem em relações de poder, e que são fundamentais para compreender a não existência de pessoas negras nos cargos de destaque da instituição hospitalar e principalmente, pelo silenciamento da questão, pelo menos, até agora. Sendo assim, gênero é uma categoria de opressão, assim como raça através da exclusão sistemática.

Caldwell (2000) envereda por esse caminho analítico traçando uma comparação da produção de conhecimento feminista referentes aos estudos sobre as mulheres no Brasil, e por outro lado, nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Canadá, sendo que, "a maioria dos estudos feministas brasileiros não reconheceu a importância da raça e das diferenças raciais na constituição do gênero e das identidades das mulheres (p. 91)". Um dos maiores problemas ocasionados por essa segregação é o que Kerner, Azerêdo, a própria Caldwell e outras feministas discutem, ou seja, o silenciamento de outras formas de opressão e dominação que atingem, priorizando assim as preocupações das mulheres brancas e classe média e silenciando as não brancas.

A falta de pesquisa integrada sobre raça e gênero significa que as experiências de vida das mulheres negras raramente são examinadas. Uma consequência disso é a falta de estudos teóricos ou empíricos sobre como o privilégio de "ser branca" opera nas vidas de mulheres brancas no Brasil. (CALDWELL, 2000. p. 95)

Existe uma relação temporal e histórica com os escritos dessas feministas e com as discussões aqui elucidadas. Esses estudos apresentam panoramas que nos permitem evidenciar os maiores privilegiados sociais. Caldwell (2000) em seu artigo utiliza dados empíricos do livro *Mulher Negra* de Sueli Carneiro e Santos⁵ para falar sobre a ausência sistemática na variável de cor nas produções, impossibilitando assim, que as mulheres negras gozassem de benefícios nos quesitos estudos e profissionalismo, por exemplo.

Carneiro e Santos lembram que as mulheres brancas eram as maiores beneficiárias da diversificação profissional ocorrida de meados dos anos 60 a meados dos 80 e tiveram vantagens claras em termos de acesso a educação, mercado profissional e remuneração, o que resultou em diferenças quantificáveis de status em relação as negras. (idem, 97)

Essas relações de dominação racial, desigualdades sociais e gênero que desencadearam experiências sociais distintas para mulheres brancas e negras como sexualidade, trabalho remunerado, saúde reprodutiva estão presentes em Riachão do Jacuípe, no corpo administrativo do hospital, no corpo médico e nas pessoas que eram atendidas através da política pública FUNRURAL, que era destinada às pessoas que não poderiam gerir o serviço particular de assistência à saúde e nos motivos de busca de realizações de procedimentos.

Afinal, quem se beneficiava da instituição hospitalar?

O Hospital Adelaide Ribeiro foi um mecanismo de mudança social em Riachão e na vida das pessoas beneficiárias dos atendimentos eram realizados. Se faz necessário evidenciar que a economia de Riachão do

⁵ CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Thereza. *Mulher negra*. Selo Paulo: Nobel Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

Jacuípe, assim como da maioria das cidades próximas, era basicamente oriunda da lavoura do sisal e da comercialização do mesmo. Sendo os trabalhadores rurais, a mão de obra requisitada para o ofício. Cristian Barreto (2011) analisa a importância da fibra como a principal responsável pelo progresso e riqueza do município de Conceição do Coité, que fica localizado a 32 km de Riachão do Jacuípe. Mesmo não fazendo parte do mesmo território, mas pela aproximação das cidades e pela relação entre as duas, já que até 1933 Conceição do Coité foi distrito de Riachão, achei válida comparação e problematização.

Evidentemente esse período de *boom* econômico proporcionado pelo sisal não atingiu toda a população de forma igual. Os trabalhadores sempre estiveram em um lugar secundarizado nas relações de poder na construção da história do Brasil, em sua grande maioria, atuavam em más condições de trabalho e eram constantemente explorados. Araújo (2016) analisa o processo vivenciado por trabalhadores e proprietários com o advindo progresso econômico que o sisal causou em Conceição do Coité e assegura que:

Os trabalhadores que testemunharam a expansão dos campos de cultivo do sisal e a chegada dos motores nos quais trabalhariam, tem uma outra perspectiva com relação as transformações geradas por essas lavoura e sua industrialização, no que diz respeito a vida dos mais pobres. (ARAÚJO, 2016, p. 30)

Sendo assim, é cabível afirmar que as riquezas geradas não foram desfrutadas da mesma maneira na população em Riachão e que a distinção entre os trabalhadores e proprietários era evidente. Ainda na abordagem feita por Araújo (2016), é ressaltado as relações entre trabalhadores e empregadores, fica visível que a primeira classe não vivia amparada, nem gozava de privilégios ou direitos básicos de sobrevivência como a outra classe. Acredito que, por não ser o foco analítico do autor, ele não fomenta uma discussão sobre diferenças entre o ofício realizados com a fibra por parte de trabalhadores e trabalhadoras. Entretanto, o sexismo e racismo contribuem para a manutenção da desigualdade social em que se encontram as mulheres e principalmente, as mulheres negras no Brasil. Essa desigualdade pode ser percebida em posições que as mulheres negras ocupam, geralmente

invisibilizadas. A respeito disso, O Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil (2006, p. 52 – 54) aborda que:

A dimensão da invisibilidade do trabalho feminino no campo pode ser visualizada, inicialmente, pela proporção de mulheres ocupadas sem remuneração, que é significativamente mais elevado na agropecuária, em comparação com os demais setores da economia. [...] É nesse sentido que pode afirmar que o trabalho da mulher, sobretudo na agropecuária reproduz a invisibilidade que cerca a percepção da sociedade sobre o papel feminino.

A manutenção do Hospital está vinculada a um discurso de políticas sanitárias que visavam a Assistência à Saúde e a inserção dos trabalhadores no que concerne essas ações, porém, outras ações políticas enveredavam a existência e manutenção do hospital.

Em um discurso proferido por Getúlio Vargas, no dia 1 de maio de 1951 foram ressaltados os esforços governamentais para garantir e incluir direitos trabalhistas numa política desenvolvimentista. Exaltados os variados setores trabalhistas ocupados pelos trabalhadores, porém não foram citadas as desigualdades que eram enfrentadas, principalmente entre os trabalhadores urbanos e rurais, na qual não tinham acesso as mesmas oportunidades. Assim como, não foi feita uma distinção entre raça ou gênero. Englobando todos os trabalhadores em uma estrutura só, sem analisar ou problematizar suas ramificações e sendo assim, suas especificidades. Duas décadas depois do discurso proferido por Vargas, temos o discurso de Médici que também faz uma ressalva significativa em relação a inserção dos trabalhadores no que diz respeito aos direitos sociais e democráticos. Uma preocupação (não só pelos trabalhadores, mas também por legitimação e apoio ao governo).

É de suma importância salientar que dentro de um modelo de Estado de trabalhadoras, as mulheres começaram a ocupar cargos em quase todas as atividades laborais. E que, como aborda Araújo (2017) a respeito de mobilização dos trabalhadores e suas mobilizações:

Nos anos de 1970, surgem organizações sociais rurais que se transformaram no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e consolidaram-se na década seguinte com o objetivo de superar um contexto social brasileiro marcado por questões agrárias baseadas numa estrutura fundiária de subalternização e discriminação das famílias rurais sem o acesso à terra. Destaca-se também, nessa época, a minimização da participação dos movimentos camponeses

na elaboração de políticas públicas rurais. Esses fatores contribuíram para que muitos membros desse movimento optassem pela ocupação de terras improdutivas. (ARAÚJO, 2017, p, 24)

Porém, historicamente, a situação do silenciamento das mulheres, ou da estrutura desigual apontadas entre as mulheres negras e brancas não podem ser deixadas de lado. Para Gonzales (2011), se faz mais que necessário tratar da questão da divisão sexual do trabalho articulando a questão racial, pois essas desigualdades configuram tensões políticas e ideológicas de significados diferentes para mulheres brancas e mulheres negras. Como já discutido nesse artigo, as estruturas de dominação sobre as mulheres negras são reforçadas pelos dois elementos (por serem mulheres e por serem negras), sendo assim, ocuparam e ocupam espaços que lhes foram atribuídos historicamente, como no mercado de trabalho. Cardoso (2012) em sua análise parte do pressuposto dessas diferenças raciais de acesso a outras esferas de poder vivenciadas por mulheres, como a educação e o próprio campo de trabalho. A autora pontua que a partir da década de 1940 a mulher branca teve maior acesso ao curso superior, o que acabou por diminuir proporcionalmente as desigualdades entre as mulheres brancas e os homens negros. A recíproca não se valida em relação às mulheres negras, ainda mais no cenário rural e no contexto aqui abordado. Em um texto publicado originalmente no jornal *Última Hora*, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1976⁶, Beatriz Nascimento pontua:

O critério racial constitui-se num desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação. O efeito continuado da discriminação feita pelo branco tem também como consequência a internalização pelo grupo negro dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Assim, os negros ocupam aqueles lugares na hierarquia social, desobrigando-se de penetrar os espaços que estão designados para os grupos de cor mais clara. Dialeticamente perpetuando o processo de domínio social e privilégio racial.

Essa diferenciação é marcante e latente ao ponto que se faz necessário uma problematização a respeito de como funcionava a política pública do FUNRURAL, que ajuda a tecer a análise proposta aqui. Os homens eram vistos

⁶ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho-por-beatriz-nascimento/>

como trabalhadores rurais e as mulheres como suas dependentes⁷, o que integra a discussão da não valorização das mulheres como trabalhadoras e da manutenção do caráter patriarcal estrutural.

Em relação aos atendimentos, é notável, através das fontes analisadas para a construção dessa análise que, a política sanitária agregou diversos benefícios ao Hospital e às pessoas que foram atendidas, principalmente às trabalhadoras e aos trabalhadores que tiveram acesso a um atendimento mais democrático a partir da inserção do FUNRURAL. Os dados que serão apresentados aqui, são provenientes do ano de 1972, segundo ano de implementação do FUNRURAL no hospital Adelaido Ribeiro, na qual foram registrados 541.

Em relação aos atendimentos, existe uma diferença sistemática entre os pacientes que eram atendidos pelo FUNRURAL e os que eram atendidos na modalidade particular, sendo 208 a 61, respectivamente. Se desprezados os atendimentos que não tem informação da forma de financiamento, que totalizam 272, observa-se que no FUNRURAL ocorreram atendimentos mais de três vezes a mais que os particulares. Os dados reafirmam e justificam a importância da política pública na democratização, inserção e acesso da população, em especial as mulheres, que foram os mais favorecidos a assistência hospitalar e todos os recursos que eram provenientes da mesma.

No que se refere à entrada de homens e de mulheres no Hospital no ano de 1972, fica evidente o fluxo de mulheres que procuravam o atendimento no Hospital, que era bem maior do que os homens, 375 e 166 respectivamente. Apesar da relação que muitas mulheres do interior da Bahia mantinham com as parteiras, no ano de 1971 apontava-se um índice significativo de procedimentos relacionados à maternidade, como partos e curetagem. O que nos direciona a outra discussão voltada ao aborto de mulheres negras, que por sua complexidade, não caberia nessa análise. Entretanto, se faz necessário elucidar que a partir das fontes analisadas e das primeiras observações, existe

⁷BRASIL, Lei nº [Lei nº 4.214, de 02 de março 1963](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm). Dispõe sobre a Lei “Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL)” 3º art. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm> acessado em: 10/01/2019.

um silenciamento sistemático dos procedimentos envolvendo a maioria das mulheres brancas.

Os atendimentos a homens nem sempre possuíam todas as informações preenchidas. Quando tinham, estavam sempre associadas a acidentes, operações ou desidratações, o que eu julgo ser causadas pela seca própria da região ou do trabalho excessivo ao sol nas fazendas de plantações da fibra do sisal ou de quaisquer outro ofício. Os partos e curetagem aparecem com bastante frequência, o que me levou a conclusão que, por mais que tenham expandido os atendimentos, as pessoas ainda viam o Hospital como uma maternidade.

Conclusão:

A referida pesquisa objetivou dimensionar e analisar como se deu a relação entre gênero, raça e classe na fundação e manutenção do hospital Adelaido Ribeiro de Riachão do Jacuípe, partindo do pressuposto do silenciamento e da ausência das mulheres negras em espaços ditos de poder, assim como evidenciou as desigualdades entre mulheres brancas e negras. Para tal, as produções feministas negras foram de suma importância por propiciarem discussões voltadas ao lugar social que essas mulheres estão historicamente inseridas.

Em suma, concluo elucidando que a fundação do hospital em questão e os serviços prestados foram importantes em um processo de democratização do acesso a centenas de mulheres negras do território do sisal, porém, está longe de ser a inserção que essas mulheres merecem e que lutam para ter.

Referências:

ARAÚJO, Losângela da Cunha. MULHERES DE FIBRA: da invisibilidade ao empoderamento em assentamentos de Reforma Agrária no Território do Sisal-BA. 2017. Dissertação- (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, desigualdade e desenvolvimento – PPGCS), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

ARAÚJO, Moisés Saturnino. Trabalho de conclusão de Curso (monografia). Universidade do Estado da Bahia Departamento de Educação Campos XIV, Conceição do Coité, 2016.

AZEREDO, S. Teorizando sobre gênero e relações raciais. Revista Estudos Feministas. N. E. 203-216, 1994.

BAIROS, L. Nossos Feminismos Revisitados. Estudos Feministas, Vol. 3, No.2, 1995, PP.:544-552.

CARDOSO, C. P. Outras Falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. Tese (Doutorado em Gênero em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador. (Capítulo 7: Traçando o caminho em direção às definições).

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença raça e mulher no Brasil. Estudos Feministas 2/2000, p. 91-108.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. O estatuto do trabalhador rural e o funrural: ideologia e realidade. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 1, 1976.p, 190. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/108067>>. Acessado: 09/01/2019.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. Revista Isis International, Vol. IX, junho, 1988, p. 133-141.

KERNER, I. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. Novos Estudos CEBRAP, 93, 2012.

MARINHO, JoseanneZingleara Soares. Ser Mulher é Ser mãe: a maternidade como uma atribuição científica. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

MIRANDA, Cristian Barreto de. Igreja, Relações de Poder e Conflito no Território do Sisal. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.